Domingo, 08 de Novembro de 2026

Polícia Civil cumpre mandados contra grupo criminoso especializado no golpe do falso médico

Investigações realizadas pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul identificaram integrantes do grupo criminoso na cidade de Rondonópolis

A Polícia Civil de Mato Grosso, em apoio à Polícia Civil do Rio Grande do Sul, cumpre, nesta terça-feira (2.12), 22 ordens judiciais no âmbito da Operação Cura Ficta, que tem como foco a desarticulação de um grupo criminoso interestadual especializado na prática de estelionato, por meio do golpe do “falso médico”.

Entre as ordens judiciais, estão nove mandados de prisão preventiva e 13 mandados de busca e apreensão, que são cumpridos nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro.

A operação teve início após investigação da Delegacia de Repressão aos Crimes Patrimoniais Eletrônicos (DRCPE/DERCC), da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, que revelou uma estrutura criminosa que explorava a vulnerabilidade emocional de familiares de pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) de hospitais no Rio Grande do Sul e em outros Estados.

A investigação começou após o registro de ocorrências em Porto Alegre e Canoas, onde vítimas relataram prejuízos que, somados, ultrapassam dezenas de milhares de reais em poucos dias.



Modo de ação

Para aplicar os golpes, os criminosos entravam em contato telefônico com as vítimas, passando-se por médicos ou diretores clínicos, utilizando nomes fictícios e fotos retiradas da internet. Com acesso a dados privilegiados, eles informavam um falso agravamento no quadro de saúde do paciente (como leucemia ou infecções bacterianas graves) e exigiam pagamentos urgentes via Pix para exames ou medicamentos que, supostamente, não eram cobertos pelo plano de saúde.

O líder do esquema foi identificado como um detento de 35 anos, atualmente recolhido na Penitenciária Major PM Eldo Sá Corrêa, em Rondonópolis (MT). Mesmo preso, ele coordenava as chamadas e a logística do golpe. No interior de sua cela, durante investigações anteriores, já tinham sido apreendidos cadernos com anotações de roteiros do golpe (“scripts”), dados bancários e números de telefone.

Uma mulher residente em Rondonópolis e companheira de um dos envolvidos atuava como braço direito do comando prisional, operando contas bancárias, gerenciando o fluxo financeiro e usando tornozeleira eletrônica, o que denota sua reincidência criminal.



Engenharia financeira e tecnológica

As investigações desvendaram uma rede complexa de lavagem de dinheiro e ocultação de identidade. Além da base em Mato Grosso, o grupo criminoso possuía ramificações. Em Guaratiba (RJ), foram identificados dois operadores responsáveis por fornecer e movimentar contas bancárias utilizadas para receber os valores extorquidos das vítimas, atuando em sincronia com os contatos telefônicos feitos de dentro do presídio.

Um dos alvos, residente em Rondonópolis, chamou a atenção dos investigadores por possuir 121 chaves Pix cadastradas em seu CPF, um volume exorbitante que indica a utilização profissional de contas para pulverizar o dinheiro ilícito.

Além disso, foi identificado o uso de emuladores de Android em computadores para simular múltiplos aparelhos celulares, permitindo que um único criminoso gerenciasse diversas contas de WhatsApp e aplicativos bancários simultaneamente, dificultando o rastreamento policial.

A investigação apontou que parte dos lucros obtidos com o sofrimento das famílias hospitalizadas era destinada ao financiamento de uma facção criminosa com forte atuação no estado de Mato Grosso.

Cura Ficta

O nome da operação faz alusão à falsa cura ou ao tratamento prometido pelos golpistas.

Com a deflagração da operação, a Polícia Civil busca não apenas a prisão dos executores e líderes, mas também a asfixia financeira do grupo e a apreensão de novos elementos de prova. A ação reafirma o compromisso no combate a fraudes que, além do prejuízo patrimonial, causam profundo dano psicológico às vítimas em momentos de fragilidade.